



PROVA SUBJETIVA

GRUPO I

1ª Parte

Dissertação

O sistema brasileiro de controle jurisdicional de constitucionalidade: origens, desenvolvimento e estado atual; estrutura e funcionamento sob a Constituição de 1988.

2ª Parte

Questões

1. Distinguir, discorrendo sobre seus traços essenciais, entre as posições interpretativista e não interpretativista, no âmbito da hermenêutica constitucional.
2. Em face do texto e o dos princípios constitucionais, é possível reconhecer ou estabelecer limitações à competência do Presidente da República para adotar medidas provisórias? Em caso afirmativo, quais seriam essas limitações e os fundamentos para a sua fixação?
3. Tendo em vista o Enunciado 473 da Súmula do Supremo Tribunal Federal--- “A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revoga-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial” ---, assinalar as diferenças entre revogação e invalidação dos atos administrativos, quanto aos sujeitos, aos motivos e aos efeitos de uma e de outra, esclarecendo, ademais, fundamentadamente, se aquela apreciação judicial alcança tanto os atos vinculados quanto os discricionários, ou se limita, apenas, aos da primeira categoria.
4. Considerando o dispositivo no § 6º do artigo 37 da Constituição --- “As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa” ---, responder, fundamentadamente, se tem aplicação à espécie a regra do artigo 70, III, do Código de Processo Civil, segundo a qual “a denúncia da lide é obrigatória àquele que estiver obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda”.
5. Por que se afirma, relativamente às chamadas limitações constitucionais do poder de tributar, que os princípios e regras em que se consubstanciam compõem um sistema de proteção do regime político, da saúde, da economia, dos direitos individuais e dos valores espirituais plasmados no texto da Constituição?
6. Conceituar, distinguindo-as, capacidade contributiva e capacidade econômica do contribuinte, esclarecendo, ademais, se e em que medida essa distinção é importante do ponto de vista de justiça fiscal.



PROVA SUBJETIVA

GRUPO II

1ª Parte

Dissertação

Controle e tabelamento de preços. Distinção. A política de preços e o princípio constitucional da livre concorrência: incompatibilidade ou compatibilização.

2ª Parte

Questões

1. Empresa industrial, condenada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica a pagar multa pela prática abusiva do poder econômico, inconformada, ingressou com ação judicial. No caso, o sistema do controle judicial prevalece plenamente ou sua aplicação se restringe ao controle da legalidade da decisão colegiada?
2. A empresa A, de grande porte, associa-se, em *joint venture*, à concorrente B, que, embora de menor expressão econômica, detém apreciável infra-estrutura. Deparando-se com dificuldades em continuar operando, a empresa B encerra as suas atividades e vende o acervo àquela. Houve abuso do poder econômico? Se positiva a resposta, em que modalidade se deu a prática abusiva?
3. Distinga a inexistência, a nulidade, a anulabilidade e a ineficácia dos atos jurídicos.
4. Explique em que consiste a teoria da desconsideração da pessoa jurídica.
5. Que se deve entender por princípio do juiz natural?
6. Qual a natureza jurídica dos embargos do executado? Justifique.



PROVA SUBJETIVA

GRUPO III

1ª Parte

Dissertação

Dissertar sobre o crime de tráfico de entorpecentes, destacando-lhe as peculiaridades e os aspectos de maior relevância penal e processual.

2ª Parte

Questões

1. Distinga as condições de elegibilidade das causa de inelegibilidade.
2. Em matéria de inelegibilidade, desincompatibilização é sinônimo de afastamento temporário?
3. Em que se diferenciam os chamados peculato-furto e peculato-estelionato?
4. Qual a natureza da chamada imunidade judiciária e qual a posição dominante na jurisprudência, no tocante ao seu cabimento, quando a ofensa é irrogada contra Juiz?
5. De acórdão unânime, proferido por Tribunal Regional Federal, em julgamento de *habeas corpus*, qual o recurso cabível e quais seus pressupostos e condições?
6. Mévio foi acusado de tentativa de homicídio contra Tício, imputando-se-lhe o ter disparado três tiros de revólver que atingiram a vítima no tórax.
Prolatada a sentença condenatória, da qual não houve recurso, soube-se que Tício falecera em razão daqueles disparos.
Pode o Ministério Público oferecer denúncia contra Mévio, por homicídio?
Fundamente a resposta.